

# Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 24/08/2015 a 28/08/2015



TÍTULO DO TRABALHO			
<b>EDUCAÇÃO, SINDICATO, LUTA DE CLASSES E PODER, NO CONTEXTO DA CRISE CAPITALISTA ATUAL</b>			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
<b>Helder Molina</b>	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	Professor
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Este trabalho problematiza a contraditória e complexa relação dialética entre educação, sindicato, luta de classes e poder. Coerentes com o materialismo histórico e dialético, discutimos que a ruptura estrutural de um modo de produção, não é meramente um evento político, mas um processo social, um movimento prático de transformação, através do qual os trabalhadores adquirem uma percepção de sua existência social, enquanto, ao mesmo tempo, nega e destrói o sistema de dominação. Compreendendo o movimento sindical como sujeito histórico coletivo, analisamos a sua materialidade contraditória, a questão da identidade e consciência de classe diante da metamorfose da sociabilidade capitalista, a partir dos referenciais teóricos clássicos e contemporâneos, o papel histórico e imediato dos sindicatos e do movimento sindical. Busca-se, assim contextualiza-lo historicamente, sua necessidade, contradições, possibilidades e limites, como instrumento de classe na luta pela construção de um projeto societário de transformação econômica, social e política, na perspectiva da emancipação humana.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Educação, sindicato, luta de classes			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>This work investigates the contradictory and complex dialectical relationship between education, Union, class struggle and power. Consistent with dialectical and historical materialism, we discussed the structural rupture mode of production, is not merely a political event, but a social process, a practical movement of transformation, through which the workers acquire a perception of its social existence, while at the same time, denies and destroys the system of domination. Understanding the Union movement as collective history, analyze their materiality contradictory, the question of identity and class consciousness on the metamorphosis of capitalist sociality, from classic and contemporary theoretical references, historical and immediate role of the trade unions and the trade union movement. Thus search contextualizes it historically, your need, contradictions, possibilities and limits, as an instrument of class in the struggle for the construction of a corporate project of economic, social and political transformation, in the perspective of human emancipation.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Education, Union, Class Struggle			
EIXO TEMÁTICO			
Educação, classe e luta de classes			

# **EDUCAÇÃO, SINDICATO, LUTA DE CLASSES E PODER, NO CONTEXTO DA CRISE CAPITALISTA ATUAL**

## **1 - A HISTORICIDADE E A ONTOLOGIA NA RELAÇÃO TRABALHO EDUCAÇÃO**

Ao produzirem as condições para viver, os homens e mulheres constroem as relações sociais, criam as formas de organização dessas relações e alimentam as possibilidades de conservar e ou transformar a vida social existente. Historicamente existem diferentes formas de produzir e reproduzir a vida social. Vivemos em uma forma específica de produzir a vida em sociedade, o capitalismo.

Na formação social capitalista, o trabalho foi transformado em mercadoria. (Marx, 1993) Ou seja, os trabalhadores para sobreviver, trocam a sua capacidade de trabalho por salário. E este, é transformado em mercadorias que representam parte das condições das quais os trabalhadores poderão satisfazer as suas necessidades básicas (e outras tantas), e a variedade de mercadorias criadas pelas mãos humanas parece ter chegado a números quase incalculáveis.

O trabalhador, sujeito fundamental da produção da riqueza social, é submetido a um processo progressivo de empobrecimento, e pressionado a incorporar na sua formação, informações que em nada asseguram seu ingresso no mercado de trabalho ou ainda, sua permanência neste.

Assim, é impossível e inaceitável confundir essa força com quaisquer outros meios existente de se executar tarefas, ainda que os capitalistas insistam em tratar o cavalo, o tear mecânico, o vapor, o motor a combustão, a energia elétrica, o telefone e a força humana como equivalentes, pois a eles o que interessa é apenas o resultado da produção, ou seja, o aumento de suas taxas de lucros.

O trabalho, em sua forma original, passou por séculos de metamorfoses – das formas primitivas de relação com a natureza e de atuação sobre ela como imperativo de sobrevivência, ao artesanato e agricultura, até as corporações de ofício da Idade Média e da transição para a Idade Moderna, aos modernos sistemas industriais de fábricas -, atingindo o complexo sistema de exploração que hoje conhecemos.

Com efeito, ao final do século XX, a humanidade experimentou um extraordinário avanço científico e tecnológico e, sob a hegemonia do capital, houve mais destruição do que bem estar. As contradições provocadas pela sua mundialização (Chesnaiss, 1998), atingem o conjunto da humanidade.

A nova base técnica do trabalho, produto da extraordinária revolução eletrônica, produz robôs, máquinas informatizadas que, como nunca, podem aumentar a produtividade e a qualidade da produção, prescindindo de milhões de cérebros e braços, ao mesmo tempo em que ampliam a

exploração e a precarização dos trabalhadores empregados e produzem um contingente absurdo de desempregados.

Os processos de trabalho, nos diferentes ramos da economia, têm sido incessantemente metamorfoseados, buscando sempre uma maior acumulação de capital. Para o trabalhador, que vende sua força de trabalho, essas transformações nunca representaram algum tipo de melhoria ou ganho duradouro e significativo.

Pelo contrário, para ele, submetido à lógica de acumulação e exploração do capital, o trabalho está associado a sofrimento e dor, (como no caso da aluna trabalhadora, citado no início deste capítulo, que identifica trabalho com alienação e fardo) porque o trabalhador não é capaz de decidir sobre aquilo que faz nem sobre o destino das mercadorias e valores que produz. O fruto do seu esforço é apropriado por outra pessoa, é apropriado pelo dono da empresa, pelo proprietário dos meios de produção.

O ser humano, em sua existência material, o tempo todo cria necessidades e cria meios para satisfazê-las. Essas necessidades podem ter conteúdos humanizadores, de emancipação do corpo e expansão espiritual. Ou o seu contrário, desumanizadoras, como é própria do consumismo capitalista e do fetichismo da mercadoria.

Isso não significa dizer que não haja limites, de várias ordens, na dilatação de determinados meios que respondem a necessidades historicamente criadas. O trabalho dedicado a satisfazer aquelas necessidades humano não pode se limitar a uma quantidade e a uma forma historicamente dadas.

No entanto, no modo de produção capitalista não é do trabalho livre, emancipado e emancipador que estamos tratando, mas de um trabalho obrigatório, alienado, de um trabalho abstrato. Subsumido ao capital, o trabalho se converteu em um meio de criar riquezas em geral, deixando de estar vinculado aos indivíduos como determinação dentro de uma particularidade. O modo de existência quantitativo do trabalho e o tempo de trabalho uniforme e diferenciado, simples, por assim dizer, despido de toda qualidade.

Sob o regime do capital, o trabalho alienado, a divisão do trabalho, a lei do mercado e a propriedade privada formam uma cadeia que aprisiona e embrutece quem o produz. Não se pode escapar da alienação da relação salarial sem propor e lutar, ao mesmo tempo, pela apropriação social, planificação democrática e solidária da economia e a substituição da divisão do trabalho pelo trabalho livre, associado e emancipado. Em suma, lutar contra o próprio capital e o capitalismo.

O trabalho em sua forma capital, e o sistema de capital, o capitalismo, produziu um paradoxo. Numa sociedade de superprodução e de produção do supérfluo, por um lado os seres humanos buscam responder às suas necessidades básicas, socioculturais e ético-políticas e estéticas com um tempo de trabalho produtivo cada vez menor, e por outro, a incapacidade do capital de

socializar e democratizar essa produção e de gerar efetivamente tempo livre, de liberdade, de emancipação do corpo e de expansão espírito, de expressão de seus talentos e aptidões criativas.

Os sindicatos e as suas formas de luta variam de sociedade para sociedade, embora pese que nas sociedades mais industrializadas a sua importância e o seu papel na dinâmica social seja de maior relevo. Os sindicatos não são estáticos evoluem com a evolução das sociedades, hoje o seu papel não tem o peso ideológico que teve no passado, mas a sua importância e incontornável para as sociedades democráticas, não há política social e política para o emprego que não tenha nas negociações governamentais o representante dos sindicatos.

Já dito anteriormente, reiterando que o trabalho continua a ter uma centralidade vital para as pessoas, ocupam os seres humanos num terço da sua vivência diária, e para grande parte da humanidade enquanto o sol aquece e ilumina a Terra, encontram-se enredados numa atividade que lhes remunera a sua existência, e que dá sentido à sua vida na esfera social como forma de efetivar, o sua contribuição para com a sociedade.

A precariedade devido ao que alguns autores já chamam da terceira revolução industrial acabou com emprego para toda a vida bem como cimentou a angústia em que vivem os assalariados. O esforço do homem em busca da sua valorização, da conquista de seus direitos e da defesa de seus interesses são elementos comuns no associativismo que possibilitaram a busca da humanização e do exercício da cidadania.

O capitalismo se baseia na compra da força de trabalho do trabalhador, por meio do assalariamento, e lucro dos capitalistas é produzido pelo trabalho não pago (mais-valia) e pela apropriação direta e indireta do que ele produz.

## **2. SINDICATO COMO INTELLECTUAL ORGÂNICO: ESCOLA DE FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA CLASSES?**

Segundo a tese clássica de Marx e do marxismo, presente na Ideologia Alemã (1993), o processo material geral de produção de ideias, crenças e valores na vida social. Essas ideias, crenças ou valores são produzidos na vida concreta, portanto, são produtos sociais. Não são neutras, tanto politicamente cientificamente.

Os interesses estão em conflitos, e as lutas estão associadas à implementação, *ou* negação, dessas ideias, associadas ao poder político. As ideias e crenças (verdadeiras ou falsas) que simbolizam as condições e experiências de um grupo ou classe específico, socialmente significativo. Marx, a ideologia dominante em determinada sociedade, em determinado contexto histórico, é a ideologia da classe dominante.

Para o materialismo histórico e dialético, a emancipação política e humana dos trabalhadores é um processo de construção contraditória, feita coletivamente por estes. Esta

consigna está presente desde a fundação da 1ª Internacional. De acordo com Marx, os trabalhadores não podem ser educados por uma fonte externa, ou, se assim fosse, quem educaria o educador? Dada a unidade indivisível entre teoria e prática, a consciência só pode se desenvolver através da práxis (sua própria, e não a de outro alguém) luta ação e experiência.

A transformação num sentido revolucionário, não é meramente um evento político, mas um processo social, um movimento prático de transformação, através do qual os trabalhadores adquirem uma percepção de sua existência social, enquanto, ao mesmo tempo, nega e destrói o sistema de dominação.

Isto não significa, em absoluto, subestimar o papel desempenhado pela teoria, mas, preferencialmente, significa coloca-la no devido lugar, Assim o trabalho de Marx e Engels não será mais entendida principalmente como a culminação da ciência burguesa e, sim como uma generalização científica da atividade prática dos trabalhadores em seu tempo.

A consciência de classe é, portanto, uma síntese, tirada da experiência pessoal adquirida no decorrer de uma prolongada luta, que criticamente revê todo o conhecimento previamente disponível. É indispensável, ao mesmo tempo, que os trabalhadores compreendem a essência da sociedade capitalista, as relações de exploração entres as classes sociais, e suas próprias tarefas históricas.

A teoria contribui para a construção da consciência de classe, pois oferece uma estrutura que mostra o processo de formação e desenvolvimento do processo de construção da consciência. A teoria marxista, como uma guia de ação para o movimento operário, não pode ser trazida para a luta de classes de fora para dentro, mas, ao contrário, deriva de experiências concretas dos trabalhadores, e reflete-se sobre a experiência para fazer avançar suas próprias lutas.

A terceira tese sobre Feuerbach responde, em termos globais: Na práxis concreta da classe. Mas como uma ação empreendida por um sujeito real coletivo, esta práxis surge fragmentada porque a classe é, na realidade, heterogênea. Está fracionada em grupos mais ou menos contingentes, cujas ações são, por isso, desarticuladas. A práxis parece complexa porque a classe trabalhadora atua em vários níveis e suas ações têm âmbitos e conteúdos diferentes; embora tente lançar um desafio integrado para esta desarticulação, que é constantemente incentivada pelo sistema como um elemento chave em sua estratégia de dominação.

Aqui, como o risco de retroceder à metafísica do sujeito, é importante estabelecer um ponto básico. Estas afirmações devem ser entendidas dialeticamente, dado que a classe trabalhadora não tem uma identidade histórica que preceda a práxis complexa, fragmentada e concreta. Assim, a classe não é uma “coisa”, uma categoria estatística que possa ser definida a priori e na qual a “consciência correta” possa ser abstratamente injetada de fora para dentro. A classe é um processo histórico situado num contexto particular. Possui suas próprias características nacionais e é limitada

pela especificidade de lutas que emergem das tradições, sistemas de valores, idéias e modos concretos de organizações, e deles se tornam parte.

A consciência de classe, e o projeto emancipatório advindo desta, não é uma determinação histórica, e não está na natureza do processo histórico, ao contrário, tarefa cuja realidade emerge de sua correspondência a uma tendência objetiva de desenvolvimento histórico; embora a maturação de condições concretas possa tornar essa tarefa possível, não a torna necessariamente inevitável. Quando muito, em princípios bem dialéticos, aquelas condições não podem amadurecer integralmente, sem que a classe trabalhadora desenvolva sua consciência, de maneira a transformar tais condições em meios para sua própria emancipação.

Uma investigação das formas predominantes de consciência de classe pressupõe uma análise histórica de uma multiplicidade de práticas institucionalizadas e não institucionalizadas. Estas práticas não podem ser sintetizadas de forma simplista não só porque essa forma é em si multidimensional, mas também porque de fatos as dimensões são sempre assimetricamente desenvolvidas. Apesar da extrema dificuldade desta tarefa, ela permanece, não obstante, como pronto de partida necessária para a intervenção política que esteja por se efetivas.

### **3 – SINDICALISMO DIANTE DA CRISE E SEUS ELEMENTOS REGRESSIVOS**

Para Gramsci, as forças de produção estão diretamente relacionadas à estrutura objetiva e permitem identificar as condições necessárias para uma transformação social, tomando como base o “grau de desenvolvimento das forças materiais de produção”. As forças políticas referem-se ao “grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais”, e correspondem aos momentos da consciência política coletiva. Nestes momentos de consciência política coletiva o autor identifica três estágios:

O primeiro mais elementar é o econômico-corporativo; (...) sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo. (...) segundo momento é aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Já se põe neste momento a questão do Estado, mas apenas na obtenção de uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, já que se reivindica o direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-las, de reformá-las, mas nos quadros fundamentais existentes. Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e

podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Esta é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas (GRAMSCI, 2000, p.40-41).

A crise social e seus elementos sócio-regressivos só aprofundaram as tentações neocorporativas e as práticas burocráticas sob o discurso de sobrevivência e da prática possível diante das dificuldades da ofensiva do capital. Nesse período, fortaleceu-se o capital financeiro, explicitando-se as dificuldades objetivas postas pela mundialização do capital.

Alves (2005) argumenta que da “década neoliberal” e sua crise do sindicalismo surge, nos anos 2000, um sindicalismo de crise, elemento compositivo do Estado neoliberal, sindicalismo mais disposto a colaborar com o Estado político e incapaz de ser centro de contestação à ordem social, organizando, em torno de si, precarizados e excluídos da lógica produtiva do capital. O que significa que da “década neoliberal” emergiu um novíssimo sindicalismo em contraste com aquele da década de 1980. A crise da base sindical destilou práticas neocorporativas. A inércia da burocracia sindical acirrou-se com a crise social e os interesses de castas político-corporativas tenderam a proliferar sobre a consciência de classe.

Boito (2009) afirma que um dos fundamentos da crise é ideológica. Segundo ele, os movimentos sindicais na Europa, do final do século XIX, tinham matizes anarquistas, marxistas, social-democratas, entre outros. Eram movimentos combativos que tinham a perspectiva do socialismo com a crise final do capitalismo, ou seja, havia uma teoria revolucionária explicitando de como se daria o salto qualitativo do modo de produção capitalista para o modo de produção socialista.

Os trabalhadores tinham como fim último da luta não a ilusão de uma melhoria de trabalho e de salário dentro da ordem capitalista, mas a esperança de uma nova e justa ordem social antagônica àquela que os libertaria da escravidão salarial e do tempo massacrante do trabalho capitalista.

Marx (1993) atribuía à luta econômica um estágio para a classe desenvolver a luta política contra o capital. Lênin (1986) afirma que o pecado capital dos trabalhadores consistia em rebaixar suas tarefas políticas e de organização ao plano dos interesses imediatos, claros, concretos da luta econômica cotidiana, mas que era necessário imprimir na própria luta econômica um caráter político.

Boito (2009) considera que existe um processo de “desideologização”, de despolitização, ou seja, passa por um refluxo contínuo em que seu horizonte de luta se limita à mera reivindicação salarial e conservação de direitos trabalhistas garantidos pela legislação. O autor afirma que, mesmo no contexto de refluxo ideológico e defensiva política, os trabalhadores e suas instituições não

podem e nem devem ficar na inércia de uma política sindical oscilante (meramente institucional), presos aos acomodamentos ideológicos.

É necessário, nesse sentido, construir um campo de luta anticapitalista que favoreça o desenvolvimento, a ampliação e intensificação da luta de classes que está presente no cotidiano capitalista. Por outro lado, a estrutura sindical moderna e a luta dos trabalhadores fornecem ao governo e aos capitalistas um cenário sindical disciplinado e seguro.

As dificuldades político-ideológicas de se formarem novas lideranças no movimento sindical brasileiro cria um abismo que separa teoria e prática sindical. Afirma-se a ideologia pragmatista, adaptada à ordem capitalista, hegemonizada o movimento sindical no contexto histórico atual.

A maioria dos autores que fala em declínio do sindicalismo apresenta uma visão limitada do fenômeno. Porém

É correto que o sindicalismo perdeu filiados, diminuiu sua atividade reivindicativa e perdeu influência política nas principais economias capitalistas - Europa Ocidental, América do Norte e Japão. Isso é verdadeiro, embora a situação esteja longe de ser homogênea. O ritmo e a intensidade do refluxo sindical variam muito de acordo com o setor econômico e o país considerado. Em alguns países, como os Estados Unidos e a França, a queda nos níveis de organização sindical foram muito maiores que em outros, como a Inglaterra e Alemanha. Há o caso do Canadá que manteve os mesmos níveis de sindicalização ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990. Há, inclusive, a situação particular dos países escandinavos, nos quais, a despeito da tendência dominante na Europa Ocidental, o sindicalismo cresceu. No que respeita ao nível de sindicalização, os países escandinavos atingiram um patamar de organização inimaginável até pouco tempo atrás. Na Suécia, praticamente todos os trabalhadores estão sindicalizados. (BOITO, 2009, p.12)

Contraditoriamente, se olharmos para a América Latina, se verifica uma crise e um refluxo do movimento sindical. Caíram as taxas de sindicalização, a frequência de greves e a importância política do movimento sindical no Brasil, no México, na Argentina, no Chile, na Bolívia e em outros países. Há, portanto, um refluxo, ao menos como tendência dominante, na parte ocidental da Europa e em todo continente americano, tanto na América do Norte como na América do Sul.

Não se pode apenas a partir desses dados, contudo, concluir, sem ressalvas e especificações, que o sindicalismo está em refluxo em escala internacional. Há regiões do planeta em que o sindicalismo está crescendo, e crescendo muito. Nos países da Europa Oriental, devido à recente implantação da liberdade de



organização sindical, o movimento sindical está ressurgindo após longo período de letargia. Nos países asiáticos de industrialização recente, países que se contam entre os mais populosos do planeta, apenas agora o sindicalismo começa a se organizar como um movimento social. Perguntamos, então: é correto falar em crise e refluxo do sindicalismo em escala internacional? Devemos tomar em consideração, para responder essa questão, a situação geral criada pelos movimentos opostos que o sindicalismo realizou em escala internacional. (BOITO, 2009, p.20)

Para Ferreira (2008) os estudiosos do sindicalismo embora unânimes em diagnosticar a crise que afeta os sindicatos, divergem quanto à sua natureza e intensidade. Alguns afirmam tratar-se da crise do modelo sindical oriundo do pós-guerra, e outros a consideram mais profunda, ao admitir a crise da própria instituição sindicato.

Os primeiros, segundo Ferreira (2008) apontam como saída a construção de um novo pacto, que considere as alterações processadas no mundo do trabalho. No segundo caso, trata-se de repensar o sindicato, suas funções, natureza e lugar numa sociedade onde o trabalho encontra-se em processo de mutação. Independente de onde nos situemos na discussão é imperativo considerar que os sindicatos vêm perdendo suas funções centrais: proteção do emprego e defesa de melhor remuneração do valor da força de trabalho.

Alguns autores analisam a dupla face do trabalho como lugar de exploração e de dominação dos assalariados pelo capital e ponto de partida para construção dos direitos. O acesso ao mercado de trabalho foi fundamental para que as mulheres questionassem a profunda assimetria constitutiva das relações de gênero vigentes em sociedade. Para homens e mulheres o trabalho é um mediador insubstituível da emancipação e do exercício dos direitos cívicos (...) ele pode ser alienante, mas também pode ser um poderoso meio de reapropriação.

Daí considerarem que o desemprego estrutural e a precarização do trabalho se traduzem politicamente na deterioração das possibilidades de construção da cidadania. O desemprego é causa eficiente da crise sindical: elemento objetivo de competição no interior do mercado de trabalho e elemento subjetivo de fragilização das instituições de representação.

O crescimento do desemprego, da precarização e informalização e a heterogeneidade de contratos, esgarçam a possibilidade de uma efetiva solidariedade de classe, fragilizando a ação sindical. A ocorrência de contratos de trabalho por tempo determinado atinge diretamente a construção da identidade do trabalhador. Como construir identidade em atividades temporárias ou se revezando entre o mercado formal e o

informal? Qual o impacto dessa descontinuidade no plano sindical?  
(FERREIRA, 2008, p.46)

Contemplando diferentes visões sobre este tema, Hyman (1996), em “Os sindicatos e a desarticulação da classe operária”, ao contestar a tendência à desagregação, divisão e fim do sindicato classista, argumenta que o que está em disputa é uma visão mitologizada do passado percebido como uma época dourada em que os trabalhadores eram espontaneamente coletivistas e as organizações laborais se alinhavam por detrás de um projeto de classe unificador.

Hyman (1996) compreende que os sindicatos como organizações coletivas estão inelutavelmente arraigados a uma heterogeneidade de experiências e aspirações imediatas localizadas: espontaneamente tem tantas probabilidades de estar em conflito como em concordância. A construção de expressões de solidariedade mais extensas sempre requereu um esforço deliberado e precário, uma tendência de mobilização de tendência por parte de suas lideranças e dos ativistas das bases; e o êxito, quando se obtêm, resultou temporal ou parcial.

Essa linha de interpretação confere importância às transformações particulares, e relativiza afirmações sobre uma tendência ao individualismo por que.

Embora os ideólogos dos sindicatos” possam ter concebido tradicionalmente o coletivismo como um valor moral em si, o mais realista seria supor que – a parte os momentos de mobilização de massas – a maioria dos membros dos sindicatos aderiram à organização coletiva como meio mais eficaz de tornar realidade suas necessidades e aspirações individuais. (HYMAN, 1996, p.25).

Hyman insiste que vem ocorrendo não uma crise do sindicalismo enquanto tal, mas uma crise da concepção e orientação tradicionais do sindicalismo. A noção de classe operária sempre foi uma abstração, nunca uma descrição ou generalização histórico-sociológica que a diferenciação, divisão e desunião têm sido traços onipresentes do desenvolvimento sindical.

“A solidariedade não é nunca uma qualidade natural ou fixa, sempre é uma meta que, no melhor dos casos, resulta difícil de alcançar e é efêmera”. Crer no mito de uma época dourada prévia, de unidade proletária e solidariedade sindical sem problemas, distorce nossa percepção da dinâmica atual dos movimentos dos trabalhadores (HYMAN, 1996, p.36)

Sobra a crise de representação hoje, segundo Ramalho (2002) “Os sindicatos são instituições que surgiram no processo de industrialização capitalista moderno”, como organismos de

representação dos interesses dos trabalhadores assalariados, frequentemente locais e coletivos, e se tornaram organização mais abrangentes de forma lenta.

Diante dos impasses da forma-sindicato na sociedade do capital, o que se coloca é a necessidade desta instituição “sindicato” e de sua práxis social, o sindicalismo, se colocarem no campo da organização da classe do trabalho.

Linhart (2007) indaga

“Será que o sindicalismo não tende a desaparecer na tormenta das transformações que agitam as profundezas do mundo do trabalho”? Falta de adaptação, falta de invenção de novas missões, de novas práticas de novas ideologias, será que ele não condenou a si mesmo a desaparecer? A ser substituído por formas difusas de “negociação”, assumidas diretamente pelos assalariados e pelas chefias? Em outras palavras, o sindicalismo perdeu seus atributos? (LINHART, 2007, p.115)

Tumolo (2002) é pessimista na análise da metamorfose capitalista junto ao movimento dos trabalhadores, tanto na subjetividade quanto na materialidade, pode delinear a compreensão da crise de identidade e de representação dos sindicatos. Estes elementos obstaculizam as possibilidades de desenvolvimento e consolidação de uma consciência de classe dos trabalhadores.

Enfim, os sindicatos perderam sua identidade, mas, qual delas? Certo é que estes foram agressivamente afetados pela reestruturação produtiva e pela mundialização regressiva do capital, pelo seu metabolismo destrutivo. No tempo presente, a fragmentação, terceirização, pulverização dos processos de trabalho, e busca incessante do capital em retirar dos direitos conquistados pelos trabalhadores, as sofisticadas formas e conteúdos de expropriação do trabalho, a mercantilização da vida, a coisificação do ser humano, enfim, apontam para grandes desafios. Mas, na consigna de Marx, de que a história da hum

#### **4. BRASIL: LÓGICA PRIVATISTA, EDUCAÇÃO E PAPEL DOS SINDICATOS**

Como vimos anteriormente, o contexto do fim do século XX e início do Século XXI se expressa na permanente destruição precoce de tecnologias e produtos e, atualmente, como analisa este autor uma produção destrutiva de direitos sociais duramente conquistados pela classe trabalhadora e pela destruição das bases da vida, no ataque ao meio ambiente. Um tempo de regressão social e *de desmedida do capital*. (Linhart, 2007) onde o espectro do capitalismo ronda o mundo espalhando a destruição econômica, a desagregação e miséria social e moral e a degradação da natureza e recursos essenciais à continuidade da vida no planeta .

O Estado, o sistema escolar, o sindicato constituem espaços ou aparelhos que fazem parte da especificidade do estatuto jurídico do modo de produção capitalista. Uma tríada que

configura, dentro do legado de análise de Antônio Gramsci, a compreensão de Estado ampliado que envolve, de forma orgânica, a sociedade política ( executivo, parlamento e judiciário) e a sociedade civil com as múltiplas instituições e organizações, dentre estas a escola e o sindicato.

No plano ideológico a burguesia rompe com a essência divina da idade medieval, mas a substitui por uma essência humana entendida como “*natureza dos homens*” (*utilitarista, egoísta*). De Locke, Hume e Hobbes, Adam Smith e Frederich Hayek aos economistas, juristas, sociólogos, antropólogos, pedagogos, psicólogos, etc., da ordem do capital, trata-se da projeção da natureza específica do homem burguês, da racionalidade do proprietário privado que se relaciona com os outros pela mediação dos seus interesses egoístas. Nos termos de Marx, a *essência do homem capitalista foi elevada à essência capitalista do homem*.

É, pois da natureza do Estado, do sistema escolar e do sindicato mover-se dentro da legalidade capitalista e tender a reproduzir as suas relações sociais e, dentro destas, as relações e práticas educativas. Mas tanto o Estado, quanto o sistema escolar e o sindicato, pela existência das classes sociais fundamentais (capital e trabalho) com interesses antagônicos, são alvo de uma disputa.

Assim o Estado estrito senso que historicamente representa o poder de violência legal e física na reprodução dos interesses da classe detentora do capital, no plano das contradições é o espaço onde se disputa a possibilidade de atender direitos universais tais como: do trabalho, da educação, da saúde, etc. A travessia para um novo modo de produção que supere a existência de classes sócias e da exploração implica um tempo de direção política do Estado pela classe trabalhadora.

A escola, tal como a conhecemos, assim como a sociedade que a constitui, não são fatos naturais, mas resultantes de processos históricos. A gênese histórica da escola se dá, especialmente, ao longo do século XVIII, dentro do mesmo processo da ascensão da burguesia como classe social hegemônica. Ela nasce, no plano discursivo ideológico, como uma instituição pública, gratuita, universal e laica que tem, ao mesmo tempo, a função de desenvolver uma nova cultura e de apropriação dos conhecimentos necessários à nova ordem social.

Desde o início, fica evidente uma contradição insolúvel entre a estrutura político-econômica, as relações sociais da sociedade nascente e a possibilidade de uma escola igualitária e unitária.

Na realidade, instaura-se e se perpetua historicamente a escola dual. De um lado, a escola clássica, formativa, de ampla base científica e cultural para as classes dirigentes e, de outro, a escola pragmática, instrumental, adestradora e de formação profissional restrita e na ótica das demandas do mercado, para os trabalhadores. Trata-se de ensinar, treinar, adestrar, formar ou educar na função de produção adequada a um determinado projeto de desenvolvimento pensado pelas classes dirigentes.

Mas a escola não é só reprodução, é também um espaço de luta contra hegemônica. Desde as análises do socialismo utópico e, sobretudo, no pensamento de Marx, Engels, Gramsci e Lenin, como analisamos no decorrer deste trabalho, há uma disputa de conteúdo, método e forma da escola e dos processo formativos que interessam à classe trabalhadora. Um embate que implica articular a luta por rupturas estruturais nas relações sociais que produzem a desigualdade com a luta pela superação da escola dual e sua concepção pedagógica mercantil. Vale dizer, uma sociedade e educação para além do capital

A educação para além do capital visa uma ordem social qualitativamente diferente. (...). Pois as incorrigíveis determinações destrutivas da ordem existente tornam imperativo contrapor aos inconciliáveis antagonismos estruturais do sistema capital uma alternativa concreta e sustentável para a regulação da reprodução metabólica social, se quisermos garantir as condições elementares da sobrevivência humana. O papel da educação, orientado pela única perspectiva efetivamente viável de ir além do capital, é absolutamente crucial para esse propósito (Mészáros, 2005, p. 71-72).

No debate do pensamento educacional crítico no Brasil, especialmente nas últimas quatro décadas, tem sido fundamental a compreensão de que a escola não é só reprodutora das relações e interesses capitalistas. Nessa perspectiva as análises sobretudo Dermeval Saviani (1980, 1991, 1999, 2008) cumpriram e vem cumprindo um papel fundamenta.

O sindicato é por excelência um espaço contraditório desde sua origem. Criado dentro do ordenamento jurídico do capital e, enquanto tal, delimitado sem sua ação tem se constituído, ao longo da histórica, um espaço da luta da classe trabalhadora.

As relações entre Estado, educação e sindicalismo no Brasil assume uma especificidade marcada pelo tipo de sociedade que foi se constituindo, principalmente ao longo do século XX. O pensamento social crítico nos indica que a burguesia brasileira não completou a revolução burguesa e optou por uma associação subordinada com os centros hegemônicos do sistema capital.

O conceito de capitalismo dependente que combina elevada concentração de riqueza e capital e de desigualdade desenvolvido especialmente por Florestan Fernandes (1973) define o caráter de nossa especificidade histórica na sua raiz mais profunda. Trata-se de uma categoria ou um conceito que explicita o caráter ideológico da “teoria” da modernização e os limites da teoria da dependência com as abordagens centro-periferia e o confronto entre nações, ao situar o núcleo explicativo na relação de classes e no conflito de classe no sistema capitalista.

Dentro desta formação histórica, ao contrário das visões dualistas que culpam o arcaico e atrasado como travas ao desenvolvimento Oliveira (2003) mostra que, ao contrário os mesmo sai indissociáveis e explicam que somos uma sociedade que produz a miséria e se alimenta

dela . Ou seja, a persistência da economia de sobrevivência nas cidades, uma ampliação ou inchaço do setor terciário ou da "altíssima informalidade" com alta exploração de mão-de-obra de baixo custo, elevados índices de analfabetismo e escolaridade precária são funcionais à elevada acumulação capitalista, ao patrimonialismo e à concentração de propriedade e de renda.

Para Oliveira a imagem do *ornitorrinco* faz a síntese emblemática das mediações do tecido estrutural de nosso subdesenvolvimento e a associação subordinada da classe burguesa brasileira aos centros hegemônicos do capitalismo e os impasses a que fomos sendo conduzidos no presente. Uma particularidade estrutural de nossa formação econômica, social, política e cultural, que nos transforma num monstro social.

A intensa utilização ciência tecnologia na base produtiva e de serviços, o desmonte do Estado e consequentes mudanças organizacionais facilitadas pela flexibilização dos direitos e permitem o desemprego em massa, a degradação e precarização do trabalho e o enfraquecimento da organização e o poder sindical.

É neste terreno adverso que se constitui o que a literatura analisa como o *velho e novo sindicalismo* ou o sindicalismo que busca apenas reformar o capitalismo e aquele que, nos seus limites, busca superar as relações capitalistas e seus processos educativos.

Novo impulso dá-se na mobilização pela implementação prática dos direitos sociais e educacionais expressos na Constituição de 1988 e a participação organizada dos trabalhadores da educação no Fórum em Defesa da Escola Pública que congregou mais de trinta instituições sindicais e científicas no processo constituinte e nos debates da nova Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional. É neste contexto que se cria a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e o Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior, (ANDES-SN). As Conferências Nacionais de Educação (CONEDS) tem participação ativa destas organizações sindicais e efetiva uma intensa disputa de concepções de educação e de sua organização e financiamento.

Os desdobramentos políticos forjados pelas forças conservadoras após a Constituição deram razão à conclusão a Florestan Fernandes, um dos constituintes que mais lutou pelas teses da escola pública, laica, universal, gratuita e unitária: *A educação nunca foi algo de fundamental no Brasil, e muitos esperavam que isso mudasse com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Mas a Constituição promulgada em 1988, confirmando que a educação é tida como assunto menor, não alterou a situação* (Fernandes, 1992).

O que viria na década de 1990 se tornou mais letal que os tempos de ditadura para a sociedade e educação no Brasil. A ditadura expressa um regime de força para desempatar a disputa entre classes ou grupos sociais na definição do projeto societário no seu conjunto. Uma realidade que expressa uma situação em que nenhuma força é hegemônica. Ao invés de uma transição para

radicalizar a democracia e a socialização da política no horizonte da ruptura com o projeto de capitalismo dependente, a década de 1990, especialmente ao longo dos oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso, o mesmo foi afirmado e aprofundado.

A adoção da doutrina e das políticas neoliberais destroçaram a economia e o patrimônio público e o governo investiu no desmonte dos sindicatos e dos movimentos sociais e na despolitização. O foco central foi a busca de criar um consenso de que o público é ineficiente e o privado ou o mercado é a chave do sucesso e da prosperidade. Tratava-se de levar ao pé da letra as teses centra central do formulador mais importante do neoliberalismo, Friederich Hayek desenvolvidas principalmente em suas obras, *Caminho da servidão* (1987) e *Liberdade de escolher* (1980). Teses que defendem que a liberdade do mercado levam á prosperidade e as políticas públicas e sociais à servidão por atentarem contra aquilo que é a natureza humana: a busca do bem próprio.

Sob esse ideário a gestão da educação pública é atribuída a quadros dos organismos internacionais dentro dos quais se produziu o receituário neoliberal para a economia e a educação. No âmbito da educação o ciclo de reformas assume literalmente, no conteúdo, no método e na forma, este ideário.

Se a ideologia do capital humano representou, no seio da ditadura civil-militar uma a regressão que transformou a educação de direto social e subjetivo em “mercadoria” ou serviço que se compra no mercado, agora sob a ideologia da qualidade total, da sociedade do conhecimento, da pedagogia das competências efetiva-se a regressão da regressão.

Na ideologia do capital humano mantinha-se o ideário de integração ao emprego, na perspectiva das competências para a empregabilidade o que fica implícito que ao há lugar para todos, mas apenas para aqueles que individualmente adquirem as competências (conhecimento, gestão, atitudes e valores) requeridas pelo mercado. Um conteúdo unidimensional ditado pelo que serve ao mercado, um método neo pragmático, fragmentário e que hipertrofia a competição individual e uma forma impositiva e autoritária de organização e gestão. Este ideário penetrou na sociedade brasileira e no chão da escola ainda que não sem sistemática resistência dos sindicatos vinculados aos interesses dos da classe trabalhadora e, especificamente, dos trabalhadores da educação.

Os efeitos da ideologia e das políticas neoliberais e os vínculos subalternos e associados da burguesia brasileira e seus intelectuais aos centros hegemônicos do sistema capital produziram estratégias para garantir, mesmo que eventuais forças políticas contrárias assumissem o governo.

Mecanismos estes garantidos por um poder jurídico frontalmente privatista e alma da classe dominante e a base parlamentar, na maioria, representante, no poder federal, estadual e municipal dessa classe.

A perspectiva analítica centrada no terreno das antinomias continuidade ou descontinuidade para avaliar a política do atual governo em relação ao bloco de poder da década de 1990, presta-se para o embate discursivo, mas perde justamente o que marca uma análise histórica. Vale dizer, o âmbito do contexto, onde se situam as contradições. O risco de ficar na antinomia é de induzir a um equívoco de que a volta daquele bloco de poder da década de 1990 é indiferente.

Neste sentido pode-se afirmar que há continuidade e descontinuidade. Continuidades no plano da política econômica, cujo luta é para uma ruptura frontal, descontinuidade no plano da política externa, afirmação do papel do Estado e sua recomposição e, ainda que insuficiente e de fragmentado, nas políticas públicas e sociais de caráter distributivo.

No campo educativo, a continuidade se dá na ambiguidade que levou, entre outros equívocos, a política do PROUNI, às parcerias público-privado, uma centralidade nos processos avaliativos que reforçam o produtivismo e a culpabilização das vítimas e, sobretudo, o quase abandono absoluto da disputa no terreno das concepções da educação construídas no embate teórico e político prático das concepções da ditadura civil militar e da ditadura do mercado. Embate que articulava movimentos sociais, movimento sindical e produção acadêmica crítica e experiências inovadoras.

## **5 – CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS: A LUTA DE CLASSES SE EXPRESSA NA DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Como analisamos neste trabalho, vivemos uma crescente e degradante precarização das condições de trabalho e de salário, principalmente na escola pública. Professores e funcionários trabalham com contratos temporários, vivem em situação de precarização, são garantias de salários, direitos fundamentais, como férias, 13º terceiro, aposentadoria, previdência, etc. Uma nova escravidão, de salários indignos e condições degradantes de trabalho

Degradantes as condições das escolas, a situação das salas de aulas, faltam equipamentos, materiais. Os concursos públicos são cada vez mais demorados, e só existem as custa de muitas lutas, denúncias, mobilizações dos próprios professores e funcionários. E os concursados ficam meses, até anos, aguardando para serem convocados, e quando são, já praticamente duplicou, ou triplicou, a falta de profissionais, e novamente os governos buscam o "exército intelectual de reserva", isto é, uma enorme quantidade de profissionais que se subordinam a trabalhar por condições precárias e contratos temporários.(MOLINA, 2012)

Por isso todo ano tem que fazer campanha salarial, mobilização, passeatas, paralizações, greves. A terceirização, precarização, degradação dos direitos, desvio e má gestão dos recursos, e



abandono da escola, este é o retrato da escola. A educação como prioridade é uma demagogia barata nas bocas dos candidatos e governantes.

A verdade é que a escola pública ainda resiste porque os trabalhadores que nela estão são convocados, dia após dia, a resistir e defendê-la. Hoje a educação é tratada como mercadoria, há uma crescente mercantilização do ensino. A escola privada é um grande negócio de empresários, e a escola pública, na visão empresarial, deve ser gerida baseada na meritocracia, produtivismo, mercantilismo, e outros ismos do neoliberalismo

A escola pública é uma conquista da sociedade democrática, da luta contra o elitismo que impera na nossa cultura. Uma conquista de muitos movimentos, dos sindicatos, da cidadania democrática, das organizações populares, dos partidos progressistas. O povo precisa da escola pública, os trabalhadores só terão acesso ao conhecimento, à ciência, à tecnologia, se existir a escola pública, seja ela fundamental, média ou superior. (MOLINA, 2012)

A classe dominante não precisa da escola pública, eles já têm acesso aos bens culturais e educacionais, produzidos pela divisão de classes, pela segmentação dos lucros, pelo acesso ao Estado, enfim, escola pública porque milhares de profissionais se dedicam a ela, e não é só pelo salário, é pela ideologia da defesa do público, pelo compromisso da garantia do espaço de produção do conhecimento útil aos trabalhadores, aos pobres, único espaço onde os pobres podem sonhar em serem sujeitos, terem futuro. Se trata de lutar pela sobrevivência material, mais que isso, de garantir que o conhecimento, a ciência, a tecnologia seja protagonizada pelos trabalhadores.

E verdade que as greves se arrastam, pois os governos viram as costas, greve de educadores não mexe na taxa de lucros, não produz mais valia, enfim, não se trata de um setor produtivo, do ponto de vista de mercadorias, como uma fábrica, um banco, enfim. Mas se tratam de um setor extremamente importante para a democracia, a cidadania, os direitos sociais.

São eficazes porque denuncia os descasos, os desrespeitos, a escravidão vivida pelos profissionais de apoio, e pelos educadores, nas injustas e indignas condições de vida e de trabalho. Do ponto de vista do mercado, rentável é taxa de juros altos, financeirização da educação, vender ações nas bolsas de valores, trocar professor de carne e osso, por televisão, aulas à distância, tutoria, etc. Não produzimos para o mercado, produzimos para a sociedade, para os setores mais marginalizados, mais abandonados pelo Estado oficial e pela lógica econômica da eficácia e da eficiência.

Há uma espécie de anestesiamento social, de individualismo, de domínio da lógica do consumo, do que vale é o indivíduo, o mérito individual, cada um por si. A lógica da competição,

do mercado, do lucro. Vale mais o ter do que o ser. O direito à propriedade está acima do direito à vida. Um banqueiro que lucra 1 bilhão de reais, com juros altos, câmbio e bolsa de valores, não é criminoso, mas um sem teto que pede esmolas na porta de um banco é preso como perigo à propriedade privada e à riqueza individual.

Daí se explica o desprezo pelo público, pelo coletivo, um esvaziamento da esfera pública, a morte da política como bem comum, com vontade geral. É degradada pela violência, pelo desemprego, miséria social ausência de políticas pública, enfim. Os sindicatos, os professores e funcionários, e alunos devem agir como aliados, parceiros, na defesa da escola pública, inimigos são os que a querem privatizar, ou simplesmente destruí-las, tornar uma escola pobre para os pobres, e outra escola rica, para os ricos, aprofundando o dualismo educacional e a lógica privatista.

## 6- REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. *Reestruturação Produtiva e crise do sindicalismo*. 1. ed. São Paulo : Boitempo, 2005.
- BOITO JR., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. Xamã, 2009.
- CHESNAIS, Francois. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã. 1998
- FERREIRA, Carlos. *Metamorfoses do trabalho e novas estratégias sindicais*. Brasília: Fundação Joaquim Nabuco, 2008.
- GRAMSCI, Antonio.. *Cadernos do Cárcere*,. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000
- HYMAN, Richard. Os Sindicatos e a desarticulação da classe operária. *Revista Latino Americana de Estudos do Trabalho*, v. 2, n.4, , 1996.
- LÊNIN, V.I. Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento. Lisboa : Avante, 1986.
- LINHART, Danièle. *A desmedida do capital*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, K. A Ideologia Alemã. São Paulo: Hucitec, 1993.
- \_\_\_\_\_. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- MÉSZÁROS, Stiván. *Para Além do Capital*. São Paulo : Boitempo, 2005
- MOLINA, Helder. Sindicato: movimento com sinais trocados. Entre a sua subversão e a adaptação ao novo sócio-metabolismo do modo de produção capitalista. Tese de Doutorado, UERJ, RJ, 2012
- OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003
- TUMOLO, Paulo Sérgio. *A CUT e a Formação Profissional: esboço de uma análise crítica, trabalho & crítica*, GT Trabalho e Educação. *ANPED*, Rio de Janeiro, n.1, Setembro de 1999.
- SAVIANI, Dermalva. *LDB- A Nova Lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas*. São Paulo: Cortez, 1998.